



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 1.416, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2010, do Senador João Tenório, que autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2010).

PARECER Nº 1.416, DE 2011 (Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR DO VENCIDO: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 189, de 2010, de autoria do Senador JOÃO TENÓRIO, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas ocorridas no primeiro semestre de 2010.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes do Estado de Alagoas, e com a seguinte distribuição:

- I – prêmio bruto: 44,02%
- II – remuneração dos lotéricos: 8,61%
- III – Governo do Estado de Alagoas: 47,37%.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

De acordo com o autor da proposição, o Estado de Alagoas sofreu “o pior desastre natural já registrado em nosso país”, referindo-se às

enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010. Somente nas primeiras setenta e duas horas após a tragédia, foram contabilizados 29 mortos, 607 desaparecidos e 78 mil desabrigados. Cidades inteiras foram devastadas pela enchente do rio Paraíba, tragédia que, segundo pessoas que estiveram no local, lembraram cenas históricas como a da bomba de Hiroxima e o tsunami ocorrido na Oceania. Milhares de famílias ficaram sem comida, água e luz. Houve cidades em que nenhum prédio público ficou de pé.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 203, de 2010, de autoria do Senador Cícero Lucena, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Pernambuco e Alagoas, também ocorridas no primeiro semestre de 2010.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes dos Estados de Pernambuco e Alagoas, e com a seguinte distribuição:

I – prêmio bruto: 44,02%

II – remuneração dos lotéricos: 8,61%

III – Governo do Estado de Pernambuco: 23,68%

III – Governo do Estado de Alagoas: 23,68%

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Na justificação da proposição, o autor afirma que as chuvas ocorridas naqueles Estados “provocaram um dos piores desastres naturais dos últimos anos na região Nordeste e em nosso País”, referindo-se, de igual forma, às enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010. De fato, com precipitações três vezes maiores que a média histórica para o período, as perdas humanas e materiais atingiram proporções catastróficas, com dezenas de mortos e milhares de desabrigados, além da destruição de pontes, estradas, imóveis e prédios públicos.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

As propostas versam sobre o mesmo tema e tramitam em conjunto em decorrência da aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 26 de maio de 2011, do Requerimento nº 465, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, cabendo à CAE a manifestação em caráter terminativo sobre as propostas.

Nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o relator, Senador Eduardo Suplicy, apresentou argumentos contrários à aprovação e concluiu o seu voto pela rejeição de ambas as propostas.

Alegou o nobre relator que sua aprovação excluiria todos os beneficiários legais do rateio dos recursos daquele concurso especial, cortando valores atribuídos à Seguridade Social e a investimentos em Esporte, Educação, Cultura e Segurança, além de conferir destinação redundante com o objeto do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 1969, ratificado, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, regulamentado, ainda, pelo Decreto nº 1.080, de 1994, que está ativo.

Argumentou, ainda, o relator, que proposta semelhante (PLS nº 461, de 2008), destinando recursos para o Estado de Santa Catarina foi aprovada pelo Congresso Nacional e vetada, *in toto*, pelo Presidente da República, sob o argumento principal de que a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, convertida na Lei nº 11.893, de 29 de dezembro de 2008, abriu crédito extraordinário de R\$ 1,6 bilhão para lidar com situações de calamidade pública no País naquela época, dos quais, R\$ 360 milhões somente para o Estado de Santa Catarina.

Finalmente, ainda segundo o relator, houve, na mesma época, autorização para liberação de FGTS e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre produtos destinados às vítimas das enchentes.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, inclusive sobre sorteios de qualquer natureza.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. De acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. A matéria objeto do PLS nº 189, e 203, ambos de 2010, está, portanto, incluída entre essas competências e nenhum dos dois PLS incorre em vício de iniciativa.

Não há óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta, conforme apontou, também, o relator da matéria, Senador Eduardo Suplicy, nesta Comissão.

Quanto ao mérito, embora concorde, em parte, com os argumentos apresentados pelo Senador Suplicy, tenho opinião contrária. Penso que esta Casa não pode perder a oportunidade de dar sua contribuição no sentido de solucionar o grave problema de alocação de recursos para atender as situações de calamidades no país.

O Governo Federal tem procurado enfrentar a situação através de várias iniciativas. Exemplo recente foi a edição da Medida Provisória nº 494, de 2010, convertida na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Funcap.

A Lei nº 12.340, de 2010, em seus arts. 7º a 14º, trata exatamente de alocação de recursos para o Funcap. De acordo com a regra ali contida (art. 9º, § 2º), na integralização das cotas do fundo, para cada parte integralizada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, a União integralizará 3 (três) partes. Na ocorrência de desastre, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão sacar recursos até o limite de suas cotas, acrescido da parte integralizada pela União.

Temos sérias dúvidas sobre a eficácia dessa regra, diante da situação econômica enfrentada pela maioria dos municípios e por parte dos Estados, visto que a maioria não dispõe de recursos para integralizar no

Fundo. A dificuldade é maior ainda para os municípios com menos de cinqüenta mil habitantes. Esse foi, também, o entendimento dos membros da Comissão Temporária Interna do Senado Federal criada para estudar alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

Não queremos entrar, aqui, no mérito das dificuldades de caráter sistêmico advindas da referida Lei nº 12.340, de 2010, como a desarticulação do sistema ao permitir a comunicação direta entre os municípios e a União, abrangência do sistema, uniformização da hierarquia nas diversas esferas de governo, coordenação de atividades, etc.

Nesse contexto, elaborei o presente Voto em Separado, concluindo pela apresentação de um Substitutivo para que esta Casa possa, efetivamente, dar sua contribuição, não apenas para socorrer um ou outro município, uma ou outra situação de calamidade, mas para permitir uma alocação permanente de recursos para o Fundo, sem as amarras criadas pela Lei nº 12.340, de 2010.

Sabemos que a destinação específica dos recursos de um concurso especial, conforme proposto nos projetos de lei sob análise, é insuficiente. Nossa proposta é no sentido de que um percentual de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal seja destinado ao Funcap, criando, assim, uma alocação permanente de recursos. No nosso substitutivo, propomos um percentual de 2,5% (dois e meio por cento), a ser retirado do prêmio, para não gerar qualquer discussão em torno dos atuais percentuais de rateio e seus beneficiários legais.

Se considerarmos a arrecadação da Caixa Econômica Federal com as loterias durante o ano de 2010, que foi da ordem de R\$ 8 bilhões, teríamos, por essa regra, a alocação de R\$ 200 milhões para o Fundo somente no ano de 2010.

Obviamente, isso ainda representa muito menos do que é necessário, motivo por que incluímos, também, na nossa proposta, a mesma sistemática adotada pelo Governo quando da edição da Medida Provisória nº 494, de 2010, convertida na Lei nº 12.340, de 2010, pela qual a União aporta três partes para cada parte aportada pelos entes federados, com a diferença de que, para cada parte integralizada no Fundo com recursos das loterias, a União integralizará 5 (cinco) partes, e a liberação desses recursos fica desvinculada da regra contida no art. 11 da referida Lei nº 12.340, de 2010.

Assim, dando prosseguimento ao nosso exemplo, caso a regra estivesse válida, no ano de 2010, além dos R\$ 200 milhões destinados ao Funcap com recursos das loterias, R\$ 1 bilhão seria alocado pela União, isso apenas em 2010, cifra bem mais compatível com a necessidade real de recursos para essa rubrica.

Essa regra tem a vantagem adicional de não alterar os percentuais de rateio dos atuais beneficiários legais e de não excluir nenhum município como beneficiário do fundo pelo fato de não ter integralizado cotas.

Por fim, nosso entendimento é de que o percentual de 2,5% (dois e meio por cento) não compromete, em nada, a atratividade dos jogos como eventualmente pode argumentar a Caixa Econômica Federal, até porque, ela recebe quatro vezes mais esse percentual para administrar os jogos. Além disso, o percentual é menor do que o atualmente destinado ao Fundo Nacional de Cultura, ao Fundo Penitenciário Nacional e ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

III – VOTO

Em virtude do exposto, por ser contrário ao entendimento do relator, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2010, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2010
(SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para definir fonte de recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º O Funcap terá seu patrimônio constituído por:

I – cotas que serão integralizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

II – 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal;

III - cotas que serão integralizadas anualmente pela União.

.....

§ 2º Na integralização de cotas, a União integralizará:

a) 3 (três) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso I do *caput*;

b) 5 (cinco) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso II do *caput*.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que decidirem integralizar cotas no Funcap, bem como a Caixa Econômica Federal, deverão informar à Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de junho de cada ano, o valor a ser disponibilizado para essa finalidade, de forma a permitir a inclusão do valor a ser integralizado pela União na lei orçamentária anual do exercício seguinte.

..... (NR)

Art. 11. Na ocorrência de desastre, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão sacar recursos do Funcap:

I) até o limite de suas cotas integralizadas nos termos do art. 9º, I, acrescido do valor aportado pela União na proporção estabelecida no art. 9º, § 2º, a;

- II) do montante aportado nos termos do art. 9º, II, e art. 9º, § 2º, b, o valor autorizado, em caráter excepcional, pelo conselho Diretor do Funcap.

..... (NR)

Art. 13. Em casos excepcionais, o Conselho Diretor do Funcap poderá autorizar o saque para custear ações imediatas de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em áreas afetadas por desastres:

- I) para os entes cotistas, na forma do art. 11, I;
- II) para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma do art. 11, II. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 2011.



Senador BENEDITO DE LÍRA

DECISÃO DA COMISSÃO

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O PLS N° 189 DE 2010, NOS TERMOS DA EMENDA N° 1-CAE (SUBSTITUTIVO), POR 14 (QUATORZE) VOTOS FAVORÁVEIS, 1 (UM) VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO. VOTA VENCIDO O SENADOR EDUARDO SUPLICY, RELATOR DA MATÉRIA.

EM SEGUIDA, A COMISSÃO REJEITA O PLS N° 203 DE 2010, POR 15 (QUINZE) VOTOS CONTRÁRIOS, NENHUM FAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL, DESIGNA O SENADOR BENEDITO DE LIRA RELATOR DO VENCIDO.

EMENDA N° 1-CAE (SUBSTITUTIVO) APRESENTADA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 189 DE 2010

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para definir fonte de recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º O Funcap terá seu patrimônio constituído por:

I – cotas que serão integralizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

II – 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal;

III - cotas que serão integralizadas anualmente pela União.

§ 2º Na integralização de cotas, a União integralizará:

- a) 3 (três) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso I do *caput*;
- b) 5 (cinco) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso II do *caput*.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que decidirem integralizar cotas no Funcap, bem como a Caixa Econômica Federal, deverão informar à Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de junho de cada ano, o valor a ser disponibilizado para essa finalidade, de forma a permitir a inclusão do valor a ser integralizado pela União na lei orçamentária anual do exercício seguinte.

..... (NR)

Art. 11. Na ocorrência de desastre, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão sacar recursos do Funcap:

- I) até o limite de suas cotas integralizadas nos termos do art. 9º, I, acrescido do valor aportado pela União na proporção estabelecida no art. 9º, § 2º, a;
- II) do montante aportado nos termos do art. 9º, II, e art. 9º, § 2º, b, o valor autorizado, em caráter excepcional, pelo conselho Diretor do Funcap.

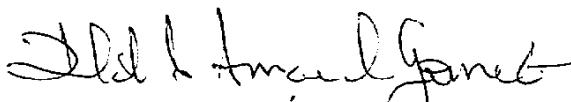
..... (NR)

Art. 13. Em casos excepcionais, o Conselho Diretor do Funcap poderá autorizar o saque para custear ações imediatas de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em áreas afetadas por desastres:

- I) para os entes cotistas, na forma do art. 11, I;
- II) para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma do art. 11, II. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 2011.


Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 DE 2010, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2010
TERMINATIVOS

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29 / 11 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Dilma Rousseff

RELATOR(A): Walter Pinheiro

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB)

DELcídio do Amaral (PT)	1-ZEZÉ PERRELLA (PDT)
EDUARDO SUPLÍCY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLÍCY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
ACIR GURGACZ (PDT)	6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÉGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-VAGO
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-CLOVIS FECURY (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDIO	2-GIM ARGELLO

PR

CLÉSIO ANDRADE	1-BLAIRO MAGGI
JOÃO RIBEIRO	2-ALFREDO NASCIMENTO

PSOL

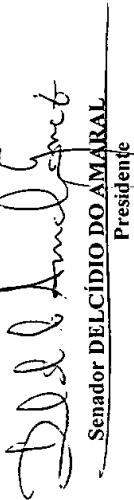
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) apresentada ao PLS nº 189 de 2010, que tramita em conjunto com o PLS nº 203 de 2010.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIODIO DO AMARAL (PT)	X				1-ZEZE DERRELLA (PDT)				
EDUARDO SUPlicy (PT)					2-ANGELA PORTELA (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3-MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)	X			
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
ACIR GURGACZ (PDT)					6-CHRISTOVAM Buarque (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)	X				7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)					8-INACIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASALDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)	X				3-ROMERO JUCA (PMDB)				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMAR MOKA (PMDB)				
LOUÍS HENRIQUE (PMDB)	X				6-VAGO				
LOBÃO FILHO (PMDB)	X				7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERRACO (PMDB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2-AÉCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGripino (DEM)					4-JAYMÉ CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2-GIM ARGELLO				
TITULARES – PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE					1-BLAIR MAGGI				
JOÃO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR – PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					1-RANDOLPH RODRIGUES				

TOTAL_16_ SIM_14_ NÃO_1_ ABS_- AUTOR_- PRESIDENTE_-


Senador DELCÍDIO DO AMARAL
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 29/11/11.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132§ 8º, RISF)
 U:\CAE\Listas\Listas 2011\Votação Nominal Emendas 2011.doc Atualizada em 28/11/11

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS n° 203 de 2010, que tramita em conjunto com o PLS n° 189 de 2010.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIÓDO DO AMARAL (PT)	X				1-ZEZE PERRELLA (PDT)				
EDUARDO SUPLÍCIO (PT)					2-ANGELA PORTELA (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3-MARTA SUPLÍCIO (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)	X			
LINDBERGH FARIAS (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
ACIR GURGACZ (PDT)					6-CRISTOVAM Buarque (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)	X				7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)					8-INACIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASLDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO RÉGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAJUPP (PMDB)	X				3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUÍAO (PMDB)					4-ANA AMÉLIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIRO MOKA (PMDB)				
LUIZ HENRÍQUE (PMDB)	X				6-VAGO				
LOBAO FILHO (PMDB)	X				7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)	X				9-RICARDO FERRACO (PMDB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRIO MIRANDA (PSDB)	X				2-AÉCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSE AGripino (DEM)					4-JAYMÉ CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOAO VICENTE CLAUDIO					2-GIM ARGELLO				
TITULARES – PR					SUPLENTES – PR				
CLESIO ANDRADE					1-BLAIR MAGGI				
JOAO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR – PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL 16 SIM 15 NÃO 15 ABS — AUTOR — PRESIDENTE —

SALA DAS REUNIÕES, EM 29 / 11 / 11.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132,§ 8º, RFSF)

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 189 DE 2010 EMENDA N° 1-CAE (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para definir fonte de recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º O Funcap terá seu patrimônio constituído por:

I – cotas que serão integralizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

II – 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal;

III – cotas que serão integralizadas anualmente pela União.

.....
§ 2º Na integralização de cotas, a União integralizará:

a) 3 (três) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso I do *caput*;

b) 5 (cinco) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso II do *caput*.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que decidirem integralizar cotas no Funcap, bem como a Caixa Econômica Federal, deverão informar à Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de junho de cada ano, o valor a ser disponibilizado para essa finalidade, de forma a permitir a inclusão do valor a ser integralizado pela União na lei orçamentária anual do exercício seguinte.

..... (NR)

Art. 11. Na ocorrência de desastre, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão sacar recursos do Funcap:

I – até o limite de suas cotas integralizadas nos termos do art. 9º, I, acrescido do valor aportado pela União na proporção estabelecida no art. 9º, § 2º, a;

II – do montante aportado nos termos do art. 9º, II, e art. 9º, § 2º, b, o valor autorizado, em caráter excepcional, pelo Conselho Diretor do Funcap.

..... (NR)

Art. 13. Em casos excepcionais, o Conselho Diretor do Funcap poderá autorizar o saque para custear ações imediatas de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em áreas afetadas por desastres:

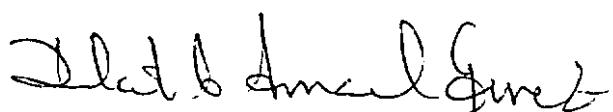
I – para os entes cotistas, na forma do art. 11, I;

II – para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma do art. 11, II.

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 2011.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente



Senador BENEDITO DE LIRA, Relator

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 36. Os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional, extinguir-se-ão, se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos.

LEI N° 11.893, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica.

LEI N° 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

Art. 7º O Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP, instituído pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

.....

Art. 9º O Funcap terá seu patrimônio constituído por cotas que serão integralizadas anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

.....

§ 2º Na integralização das cotas, para cada parte integralizada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, a União integralizará 3 (três) partes.

.....

Art. 14. O limite de integralização de cotas para cada ente, as condições para saque e utilização dos recursos do Funcap, bem como outros procedimentos de ordem operacional relativos a ele, serão estabelecidos em regulamento.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA N° 448, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA N° 494, DE 2 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

.....

DECRETO-LEI N° 950, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969.

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências

.....

DECRETO N° 1.080, DE 8 DE MARÇO DE 1994.

Regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e dá outras providências.

.....

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 460/2011/CAE

Brasília, 29 de novembro de 2011.

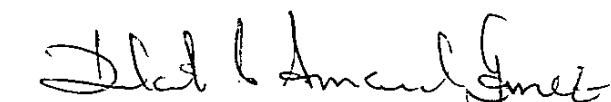
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, **Substitutivo Integral** oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas”, e que, nos termos do art. 282 do R.I.S.F., o referido SUBSTITUTIVO será submetido a Turno Suplementar de Discussão na próxima reunião desta Comissão.

Informo, ainda, que a Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas”, que tramita em conjunto com o PLS nº 189 de 2010.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador NEUTO DE CONTO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 189, de 2010, de autoria do Senador JOÃO TENÓRIO, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes do Estado de Alagoas, e com a seguinte distribuição:

- I – prêmio bruto: 44,02%
- II – remuneração dos lotéricos: 8,61%
- III – Governo do Estado de Alagoas: 47,37%.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

De acordo com o autor da proposição, o Estado de Alagoas está sofrendo “o pior desastre natural já registrado em nosso país”. Somente nas primeiras setenta e duas horas após a tragédia, foram contabilizados 29 mortos, 607 desaparecidos e 78 mil desabrigados. Cidades inteiras foram devastadas pela enchente do rio Paraíba, tragédia que, segundo pessoas que estiveram no local, lembram cenas históricas como a da bomba de Hiroshima e o tsunami ocorrido na Oceania. Milhares de famílias estão sem comida, água e luz. Há cidades em que nenhum prédio público ficou de pé.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, inclusive sobre sorteios de qualquer natureza.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. De acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. A matéria objeto do PLS nº 189, de 2010, está, portanto, incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa.

Não há óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

Quanto ao mérito, a Lei nº 6.717, de 1979, autorizou a Caixa Econômica Federal a realizar, como modalidade de Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 1967, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números. Ao amparo dessa Lei foram criadas diversas loterias, entre elas a Mega-Sena.

Do total da arrecadação da Mega-Sena, 30,81% é destinado ao prêmio, 13,21% ao imposto de renda, o que corresponde ao prêmio bruto de 44,02%, 2,87% ao Fundo Nacional da Cultura, 1,63% ao Comitê Olímpico Brasileiro, 0,29% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, 17,32% à Seguridade Social, 7,42% ao FIES – Crédito Educativo, 3% ao Fundo Penitenciário

Nacional 9,57% à Caixa Econômica Federal, 8,61% à Comissão dos Lotéricos, 0,96% ao Fundo de Desenvolvimento das Loterias e 4,31% à Secretaria Nacional de Esportes.

Os percentuais reais de rateio fracionados decorrem dos ajustes feitos pela Caixa Econômica em função de ser o somatório dos percentuais nominais superior a 100%.

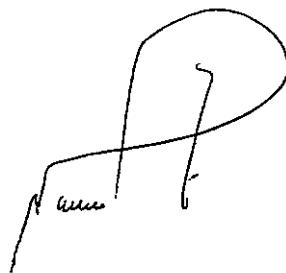
Pela proposta apresentada, são mantidos apenas os percentuais reais relativos ao imposto de renda (13,21%), ao prêmio líquido (30,81%) e à comissão dos lotéricos (8,61%). A diferença, 47,37%, é destinada ao Governo do Estado.

Destaque-se o fato de que esta Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, recentemente, o PLS nº 461, de 2008, de idêntico conteúdo, destinando recursos o Estado de Santa Catarina para atender as vítimas de calamidades públicas. A proposta foi também aprovada na Câmara dos Deputados.

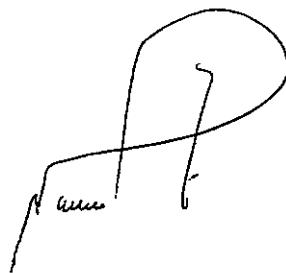
III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2010.

Sala da Comissão,



, Presidente


, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 189, de 2010, de autoria do Senador João Tenório, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes do Estado de Alagoas, e com a seguinte distribuição:

I – prêmio bruto: 44,02%

II – remuneração dos lotéricos: 8,61%

III – Governo do Estado de Alagoas: 47,37%.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

De acordo com o autor da proposição, o Estado de Alagoas está sofrendo “o pior desastre natural já registrado em nosso país”, referindo-se às enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010. Somente nas primeiras setenta e duas horas após a tragédia, foram contabilizados 29 mortos, 607 desaparecidos e 78 mil desabrigados. Cidades inteiras foram devastadas pela enchente do rio Paraíba, tragédia que, segundo pessoas que estiveram no local, lembram cenas históricas como a da bomba de Hiroxima e o tsunami ocorrido na Oceania. Milhares de famílias estão sem comida, água e luz. Há cidades em que nenhum prédio público ficou de pé.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 203, de 2010, de autoria do Senador Cícero Lucena, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Pernambuco e Alagoas.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes dos Estados de Pernambuco e Alagoas, e com a seguinte distribuição:

I – prêmio bruto: 44,02%

II – remuneração dos lotéricos: 8,61%

III – Governo do Estado de Pernambuco: 23,68%

III – Governo do Estado de Alagoas: 23,68%

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Na justificação da proposição, o autor afirma que as chuvas ocorridas naqueles Estados “provocaram um dos piores desastres naturais dos últimos anos na região Nordeste e em nosso País”, referindo-se, de igual forma, às enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010. De fato, com precipitações na média três vezes maiores que a média histórica para o período, as perdas humanas e materiais atingiram proporções catastróficas, com dezenas de mortos e milhares de desabrigados, além da destruição de pontes, estradas, imóveis e prédios públicos.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Por versarem sobre o mesmo tema, a Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 26 de maio de 2011, aprovou o Requerimento nº 465, de 2011, de minha autoria, para tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 189 e 203, de 2010, objetos do presente relatório, cabendo à CAE a manifestação em caráter terminativo sobre ambas as propostas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, inclusive sobre sorteios de qualquer natureza.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. De acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. A matéria objeto do PLS nº 189, e 203, ambos de 2010, está, portanto, incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa.

Não há óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

Quanto ao mérito, há relevantes considerações a fazer. A Lei nº 6.717, de 1979, autorizou a Caixa Econômica Federal a realizar, como modalidade de Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 1967, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números. Ao amparo dessa Lei foram criadas diversas loterias, entre elas a Mega-Sena.

Do total da arrecadação da Mega-Sena, 30,81% é destinado ao prêmio, 13,21% ao imposto de renda, o que corresponde ao prêmio bruto de 44,02%, 2,87% ao Fundo Nacional da Cultura, 1,63% ao Comitê Olímpico Brasileiro, 0,29% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, 17,32% à Seguridade Social, 7,42% ao FIES – Crédito Educativo, 3% ao Fundo Penitenciário Nacional; 9,57% à Caixa Econômica Federal, 8,61% à Comissão dos Lotéricos, 0,96% ao Fundo de Desenvolvimento das Loterias e 4,31% à Secretaria Nacional de Esportes.

Os percentuais reais de rateio fracionados decorrem dos ajustes feitos pela Caixa Econômica em função de ser o somatório dos percentuais nominais superior a cem por cento.

A criação de concurso especial, com destinação específica, conforme proposto em ambos os projetos, excluiria todos os beneficiários legais do rateio.

Além disso, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 1969, e ratificado, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, regulamentado, ainda, pelo Decreto nº 1.080, de 1994, está ativo. Os recursos, de acordo com a legislação, são oriundos de dotação orçamentária, doações, auxílios, saldos de recursos extraordinários não aplicados e outros eventuais.

Em que pesem os argumentos dos autores, propostas dessa natureza não têm logrado êxito. De fato, esta Comissão aprovou, em 2010, o PLS nº 461, de 2008, de idêntico conteúdo, destinando recursos para o Estado de Santa Catarina para atender as vítimas de calamidades públicas. O projeto foi aprovado, também, na Câmara dos Deputados, mas vetado, *in toto*, pelo Presidente da República.

De acordo com a Mensagem nº 61, de 2010-CN (nº 330, de 2010, na origem), que comunicou ao Presidente do Senado Federal as razões do voto total à

referida matéria, o argumento principal foi o de que o projeto¹¹ excluída divisão dos recursos arrecadados com o concurso especial da Mega-Sena os valores atribuídos à Seguridade Social e a investimentos em Esporte, Educação, Cultura e Segurança, e confere destinação redundante com o objeto do Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap.

Vale notar, também, que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva disponibilizou cerca de 550 milhões em verbas para a recuperação dos danos gerados pelas chuvas de 2010 nos estados de Alagoas e Pernambuco. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinou R\$ 1 bilhão em financiamentos para a reconstrução de pequenas e médias empresas. Por sua vez, a Caixa liberou o FGTS para os trabalhadores nas cidades que decretaram calamidade pública.

Em suma, o governo dispõe de instrumentos para atender situações de calamidades públicas, e atuou rapidamente para minimizar os efeitos socioeconômicos daquela calamidade pública.

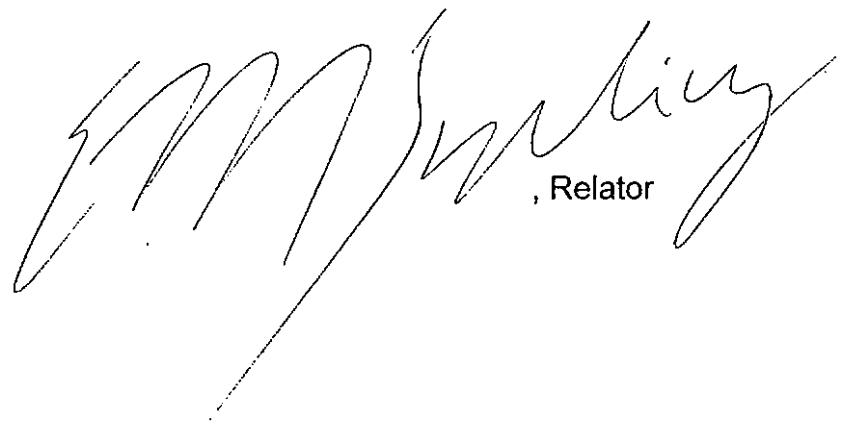
III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 189, de 2010, e nº 203, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



VOTO VENCIDO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 189, de 2010, de autoria do Senador João Tenório, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes do Estado de Alagoas, e com a seguinte distribuição:

I – prêmio bruto: 44,02%

II – remuneração dos lotéricos: 8,61%

III – Governo do Estado de Alagoas: 47,37%.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

De acordo com o autor da proposição, o Estado de Alagoas está sofrendo “o pior desastre natural já registrado em nosso país”, referindo-se às enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010. Somente nas primeiras setenta e duas horas após a tragédia, foram contabilizados 29 mortos, 607 desaparecidos e 78 mil desabrigados. Cidades inteiras foram devastadas pela enchente do rio Paraíba, tragédia que, segundo pessoas que estiveram no local, lembram cenas históricas como a da bomba de Hiroshima e o tsunami ocorrido na Oceania. Milhares de famílias estão sem comida, água e luz. Há cidades em que nenhum prédio público ficou de pé.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 203, de 2010, de autoria do Senador Cícero Lucena, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Pernambuco e Alagoas.

O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes dos Estados de Pernambuco e Alagoas, e com a seguinte distribuição:

I – prêmio bruto: 44,02%

II – remuneração dos lotéricos: 8,61%

III – Governo do Estado de Pernambuco: 23,68%

III – Governo do Estado de Alagoas: 23,68%

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Na justificação da proposição, o autor afirma que as chuvas ocorridas naqueles Estados “provocaram um dos piores desastres naturais dos últimos anos na região Nordeste e em nosso País”, referindo-se, de igual forma, às enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010. De fato, com precipitações na média três vezes maiores que a média histórica para o período, as perdas humanas e materiais atingiram proporções catastróficas, com dezenas de mortos e milhares de desabrigados, além da destruição de pontes, estradas, imóveis e prédios públicos.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Por versarem sobre o mesmo tema, a Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 26 de maio de 2011, aprovou o Requerimento nº 465, de 2011, de minha autoria, para tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 189 e 203, de 2010, objetos do presente relatório, cabendo à CAE a manifestação em caráter terminativo sobre ambas as propostas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, inclusive sobre sorteios de qualquer natureza.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. De acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. A matéria objeto do PLS nº 189, e 203, ambos de 2010, está, portanto, incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa.

Não há óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

Quanto ao mérito, há relevantes considerações a fazer. A Lei nº 6.717, de 1979, autorizou a Caixa Econômica Federal a realizar, como modalidade de Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 1967, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números. Ao amparo dessa Lei foram criadas diversas loterias, entre elas a Mega-Sena.

Do total da arrecadação da Mega-Sena, 30,81% é destinado ao prêmio, 13,21% ao imposto de renda, o que corresponde ao prêmio bruto de 44,02%, 2,87% ao Fundo Nacional da Cultura, 1,63% ao Comitê Olímpico Brasileiro, 0,29% ao Comitê Paralímpico Brasileiro, 17,32% à Seguridade Social, 7,42% ao FIES – Crédito Educativo, 3% ao Fundo Penitenciário Nacional, 9,57% à Caixa Econômica Federal, 8,61% à Comissão dos Lotéricos, 0,96% ao Fundo de Desenvolvimento das Loterias e 4,31% à Secretaria Nacional de Esportes.

Os percentuais reais de rateio fracionados decorrem dos ajustes feitos pela Caixa Econômica em função de ser o somatório dos percentuais nominais superior a cem por cento.

A criação de concurso especial, com destinação específica, conforme proposto em ambos os projetos, excluiria todos os beneficiários legais do rateio.

Além disso, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 1969, e ratificado, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, regulamentado, ainda, pelo Decreto nº 1.080, de 1994, está ativo. Os recursos, de acordo com a legislação, são oriundos de dotação orçamentária, doações, auxílios, saldos de recursos extraordinários não aplicados e/ou outros eventuais.

Em que pesem os argumentos dos autores, propostas dessa natureza não têm logrado êxito. De fato, esta Comissão aprovou, em 2010, o PLS nº 461, de 2008, de idêntico conteúdo, destinando recursos para o Estado de Santa Catarina para atender as vítimas de calamidades públicas. O projeto foi aprovado, também, na Câmara dos Deputados, mas vetado, *in toto*, pelo Presidente da República.

De acordo com a Mensagem nº 61, de 2010-CN (nº 330, de 2010, na origem), que comunicou ao Presidente do Senado Federal as razões do voto total à

referida matéria, o argumento principal foi o de que o projeto~~s~~ excluída divisão dos recursos arrecadados com o concurso especial da Mega-Sena os valores destinados à Seguridade Social e a investimentos em Esporte, Educação, Cultura e Segurança, e confere destinação redundante com o objeto do Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap.

Vale notar, também, que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva disponibilizou cerca de 550 milhões em verbas para a recuperação dos danos gerados pelas chuvas de 2010 nos estados de Alagoas e Pernambuco. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinou R\$ 1 bilhão em financiamentos para a reconstrução de pequenas e médias empresas. Por sua vez, a Caixa liberou o FGTS para os trabalhadores nas cidades que decretaram calamidade pública.

Em suma, o governo dispõe de instrumentos para atender situações de calamidades públicas, e atuou rapidamente para minimizar os efeitos socioeconômicos daquela calamidade pública.

III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 189, de 2010, e nº 203, de 2010.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 2011.

, Presidente



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Serra', is written over a large, light-colored, curved flourish. Below the signature, the word 'Relator' is printed in a small, sans-serif font.

Publicado no DSF, de 14/12/2011.